



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Notas sobre a riqueza e a pobreza na sociedade contemporânea

*Henrique Pereira Braga - henrique.p.braga@ufes.br
Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil*

Resumo

O presente trabalho procura problematizar o seguinte fenômeno: os seres humanos constituíram uma sociedade global, hiperconectada, com imensa capacidade de produção material; porém, não conseguem superar a iniquidade socioeconômica que, ao invés de diminuir, continua a crescer. Para explicar a razão pela qual esse fenômeno ocorre, apresentam-se as recentes teses de Thomas Piketty (2014) e Anthony Atkinson (2016) à luz da crítica da economia política. Por meio dessa investigação, nota-se que, para esses autores, a riqueza é figurada como estoque de bens e serviços, medida em termos monetários, de forma que a solução para sua distribuição desigual passar pela melhor maneira conforme as economias nacionais gerenciam esse estoque acumulado pelo seus cidadãos. A gerência eficiente desse estoque significa elevar seus resultados, também em termos monetários, de uma maneira que seja possível ampliar a capacidade de consumo e, com isso, de bem-estar. Por oposição, a pobreza é compreendida, por eles, como “insuficiência de renda” diante de determinado padrão de consumo – figurado com medida do desenvolvimento humano – sendo sua solução a divisão equitativa dos meios (riqueza) para aquisição da renda, permitindo às potencialidades de cada um o ambiente para que, com o devido esforço, sejam alcançadas e, assim, logrem acessar determinado padrão de consumo. O pressuposto dessa figuração da riqueza, da pobreza e da relação entre ambas é, conforme demonstrará seu contraponto com a crítica da economia política, a percepção de que o processo pelo qual os humanos produzem sua vida social tem apenas um de seus componentes defeituosos: a concentração da riqueza e, por isso, da renda. Por consequência, esse processo de distribuição dos meios para produzir renda precisa de um ajuste significativo, mas não ao ponto de constituir um novo processo de produção da vida social, uma vez que não há, nesse argumento, relação entre esse processo e o problema da riqueza e da pobreza. Tal relação, basilar para a crítica da economia política, permite concluir que, apesar do importante material produzido sobre a desigualdade de renda e de riqueza contemporânea, a solução proposta por esses autores é insuficiente. Pois, ao não figurar o caráter da vida social contemporânea e seu processo de produção, seus conceitos e medidas de riqueza e de pobreza, bem como suas soluções para o problema da concentração da riqueza e da persistente pobreza, constituem somente um passo na direção da compreensão da relação entre o fenômeno da abundante riqueza e profusa pobreza. Os próximos passos, conclui-se, exigirá trazer a tona conceitos, medidas e soluções que incorporem o processo social de produção, não apenas a distribuição dos meios dessa produção como forma de reduzir a desigualdade na apropriação de seus resultados.

Palavras Chave: Riqueza; Pobreza; Capitalismo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Abstract

The present work aims to raise questions about this phenomenon: human beings constituted a global society, highly connected, with a large capacity of material production; but they do not overcome socioeconomic inequalities - that is getting worse, instead of getting down. To explain why this happens, we expose Thomas Piketty (2014) and Anthony Atkinson (2016) thesis using the critique of political economy approach. Such investigation noted that, for these authors, wealth is understood as the stock of goods and services, measured in monetary terms. In this framework, the solution for the inequalities in the distribution of goods and services is a better management of this resource by national economies. The efficient management of this stock means rise their results, in monetary terms, in a way that could be possible increase the collective consumption capacity and, with it, its well-fare. By opposition, poverty is understood as “insufficient income”; take into account some consumption standard – figured as human development measure. The solution for the poverty is an equitable distribution of the means (wealth) of acquiring income, allowing the constitution of the environment for the realization of the potentialities of each person. This realization is achieved by their own effort and is expressed in increased consumption standard. The presupposes of Piketty and Atkinson outline of the wealth, of the poverty and of the relationship with each other is, will be demonstrated by the using of critique of political economy approach, the perception that the process by which human beings produce their social life has only one defective component: the concentration of wealth and, in consequence, of income. Hence, this distribution of means of producing income has to be significantly adjusted. However, this not means constitute a new process of production of social life, because this argument does not conceive that there is a relationship between production of social life and distribution of its results. This relationship is the core of critique of political economy, which allows us to conclude that, although those authors produce an important material on income and wealth inequalities in contemporary capitalism, their solutions for such problem are insufficient. Because their concepts of wealth and poverty do not adequately grasp the character of contemporary social life and its production process. In spite of it, their work is the first step in describes the current situation. The next step is to provide concepts, measures, and solutions that incorporate the social process of production, not only the distribution of the means of this production, as a way to reducing inequalities in the appropriation of its results.

Keywords: Wealth; Poverty; Capitalism.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

O recente debate em torno do tema da desigualdade de riqueza e de renda trouxe para a esfera pública um fenômeno intrigante: a humanidade alcançou uma capacidade de produção invejável, gerando uma verdadeira profusão dos chamados “bens e serviços”, ao mesmo tempo em que declina, para muitos de seus singulares, as possibilidades de acessar o conjunto desses “bens e serviços”. Tal disparidade é, em geral, expressa pelo ritmo inferior do crescimento do seu poder de compra, quando comparado com o ritmo de crescimento do poder de compra dos extratos superiores de riqueza e de renda, evidenciando uma ampliação da pobreza – a despeito do decréscimo do número absoluto de subnutridos e daqueles em condição de “extrema pobreza”.¹

Dois são os trabalhos sintéticos do referido debate: os livros de Thomas Piketty (2014) e Anthony Atkinson (2015). Amparados em amplo estudo da evolução patrimonial de diversas economias, além dos dados disponíveis, por exemplo, sobre distribuição de renda, distribuição salarial e crescimento econômico, suas conclusões abalaram as bases do pensamento social contemporâneo, alicerçado no dogma de que a promoção da concentração de riqueza e de renda seria o meio para o desenvolvimento econômico.²

O núcleo estruturante dessa crítica interna ao “neoliberalismo” reside menos na mobilização de volumosos dados e mais em um conceito, sem o qual o próprio tratamento dos dados seria inviabilizado: “desigualdade”. Será esse conceito, portanto, objeto de análise do presente trabalho, pois, conforme o próprio Atkinson (2015, p.52-54) reconhece, antes de qualquer mensuração da “desigualdade”, deve-se investigar o conceito que subsidia sua medida porque explicita o conjunto de valores que referenciam a análise do objeto “desigualdade” e, assim, condicionam as proposições políticas que dela emergem.

No presente trabalho, apresenta-se o estágio inicial da análise de Atkinson (2015), que compõe parte do projeto de pesquisa em andamento (resumido na abertura desse trabalho). Nessa análise, toma-se por hipótese – até aqui corroborada – que o conceito de “desigualdade” expresso

¹Acerca do número de subnutridos e pobreza extrema, consultar FAO et al (2015) e World Bank (2016). Sobre esse último dado, a crítica de Michael Roberts (2017) é indispensável.

²Uma síntese de outros autores que também apontam para essa questão encontra-se em Zygmunt Bauman (2015). Pode-se acessar uma crítica imanente dos escritos da ciência econômica sobre o tema em João Leonardo G. Medeiros (2013).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pelo autor está, em última instância, alicerçado numa concepção específica de riqueza e de pobreza, na qual os dois fenômenos estão indiretamente relacionados.

Com isso, as proposições políticas do autor são, em grande medida, uma tentativa de resgatar a coesão social por meio de políticas de “pleno emprego” e de uso fruto de bens públicos providos pelo estado. Em uma palavra, trata-se de recuperar o estado de bem-estar social do imediato pós-guerra. Tal agenda política, por um lado, não é nova, uma vez que são proposições já expressadas em certa literatura utópica estadunidense da virada do século XIX para o século XX, e, por outro lado, está fora de época, por assim dizer.

Anthony B. Atkinson: um olhar sobre a “desigualdade”

Como se sabe, a partir dos anos de 1970, iniciou-se um processo de ampla concentração da riqueza e da renda que contribui, dentre outras mudanças socioeconômicas, para a atual fratura social europeia e estadunidense que tem alimentado a ascensão de partidos da extrema direita. Do ponto de vista econômico, Atkinson procura explicar essa crescente desigualdade (de renda) por meio da exposição dos sistemáticos alívios tributários aos mais ricos e a desregulamentação trabalhista e financeira, que propiciaram um ambiente no qual as diferenças individuais são combinadas com a perpetuação das desigualdades pré-estabelecidas pelas diferenças de “riqueza” herdada, produzindo uma crescente desigualdade de renda entre as famílias.³

Em outras palavras, a origem da crescente desigualdade reside na “riqueza” acumulada por determinada família passar de geração para geração sem que seus herdeiros tenham o diferencial capaz de justificar a permanência da propriedade dessa riqueza.⁴ Para contornar o problema da perpetuação da herança e de seus rendimentos, seria necessária uma tributação capaz de equalizar as riquezas e permitir que o esforço de cada um – consideradas suas dificuldades familiares e sua

³Essas causas também são compartilhadas por Piketty (2014).

⁴Cf. Atkinson (2015, p.211): “A herança é tipicamente vista como um dos mecanismos pelo qual os ricos podem preservar sua posição no topo da distribuição, mas não há nada de errado com ela intrinsecamente. O problema é que a herança é muito desigual. Se todos herdassem a mesma quantia, as condições de igualdade seriam niveladas. Um passo nessa direção é garantir que todos recebam uma herança mínima, por isso, a seguinte proposta. Proposta 6: Deve haver uma dotação de capital (uma herança mínima) paga a todas as pessoas que atingirem a idade adulta.”. Para mais passagens nessa direção, cf. Atkinson (*Ibid*, p.91; p.184-185)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ascensão independente dos vínculos familiares – venha a garantir seu enriquecimento – i.e., acesso ao padrão de consumo mais elevado.⁵

O pressuposto dessa leitura reside na compreensão da riqueza como estoque de bens e serviços, medido em termos monetários, necessária aos mais variados modos de produção social, de forma que a discussão está centrada na melhor maneira de gerenciar esse estoque acumulado pelo conjunto dos indivíduos. A gerência eficiente desse estoque significa elevar seus resultados, também em termos monetários, de uma maneira que seja possível ampliar o *poder* de compra, a capacidade de consumo e, com isso, de bem-estar.⁶

Por oposição, a pobreza é compreendida como “insuficiência de renda” diante de determinado padrão de consumo. A solução da pobreza, porém, não passa por uma simples distribuição da renda, mas sim pela divisão equitativa dos meios para sua aquisição, permitindo às potencialidades de cada um o ambiente para que, com o devido esforço, sejam alcançadas e, assim, logrem acessar determinado padrão de consumo. Até porque, certa desigualdade é bem-vinda, uma vez que incentiva a produção mantendo a coesão social⁷.

Nota-se que esse pressuposto está ancorado em uma percepção de que o processo pelo qual as pessoas reproduzem sua vida social tem apenas um de seus componentes defeituosos: a desigualdade, expressa na a concentração da riqueza e, por isso, da renda. Por consequência, esse processo de distribuição dos meios para produzir renda precisa de um ajuste significativo, mas não ao ponto de constituir um novo processo de produção da vida social.

Essa solução não é nova, cabe notar. Uma posição parecida com essa encontra-se no romance utópico de Alfred L. Hutchinson, **O Limite da Riqueza**⁸, publicado em 1907. Longe de expressar pura especulação, o livro propunham a transformação da sociedade por meio da proposição de um projeto político que tomava como referência o flagrante contraste entre a elevada capacidade produtiva estadunidense e os infortúnios pelos quais passava grande parte de sua população.

⁵Cf. Atkinson (2015, p.220-227).

⁶Cf. Atkinson (2015, p.63; p.213-215).

⁷Cf. Atkinson (2015, p.31-32).

⁸Título original: **The Limit of Wealth**.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A trama se desenrola no ano de 1942 e tem início com a chegada aos Estados Unidos de um comitê de pesquisadores selecionados pelos principais países europeus e asiáticos daquela época. Com o propósito de investigarem os princípios sociais adotados a partir de 1913 que fizeram dos Estados Unidos um país produtivo e com uma população com suas aspirações realizadas, os investigadores começam pelo trabalho de reconstituição do período anterior à mudança, as propostas em debate e as consequências da adoção de determinadas medidas.

Dividido conforme um relatório econômico, mas com uma narrativa que detalha os discursos e as medidas tomadas em cada área do convívio social, a obra culmina com a conclusão do comitê sobre a principal causa do peculiar desenvolvimento estadunidense: o “limite da riqueza”. O trecho a seguir expõe um discurso sintético dos motivos para a adoção do princípio e seu conteúdo:

O que pode ser feito de mais benéfico para o homem comum (...) dê a todo o homem, mulher e criança uma oportunidade de fazer algo e eles farão por si mesmos. Limite o montante de riqueza que um homem pode vir a acumular; desintegre o excedente para além daquele limite por meio de sua coleta pelo governo federal; distribua essa riqueza por meio da inauguração, pelo governo federal, de empreendimentos que não virão a concorrer com as indústrias existentes, mas que darão emprego aos desempregados por um salário digno. Não destrua a ambição do homem, nem seu gênio dizendo para ele: “tanto você pode fazer, mas não faça mais”. Não ponha em cheque o progresso do país destruindo o espírito de seu progresso, mas diga ao homem: “trabalhe com todo seu possível ou desejado gênio e força, acumule toda a riqueza que é possível acumular por meios honrados e íntegros; mas para além das tuas necessidades e de tua família, dados todo o luxo que possa ser usado por vocês, o excedente deve ser para o benefício de seus mais humildes e desafortunados camaradas, para ser distribuído da maneira como o governo possa ditar.” Não que isso deva ser dado para eles sem qualquer compensação, mas que isso pode ser usado para compensá-los por certo trabalho que pode ser requerido para adicionar mais riqueza ao país. Por ser toda a riqueza criação do trabalho, todo trabalho bem direcionado cria riqueza adicional. Não destrua a indústria presente ao estabelecer outra em competição com ela, mas inaugure essa nova indústria, que, enquanto estiver não competitiva, pode já ser produtora de riqueza, a qual poderá estimular toda a indústria existente. Construa estradas pelo país. Melhore as estradas já construídas. Elimine os buracos das cidades. Construa defesas costeiras. Sim, existem cem maneiras para distribuir a riqueza excedente de um país que redunde o benefício das pessoas mais elevadas e daquelas mais comuns. Maneiras que podem aniquilar a pobreza, destruir o vício e a miséria, estimular o gênio do ser humano para grandes coisas e ampliar a soma total de nossa riqueza nacional. Não limite o montante da riqueza que um homem pode vir a acumular, mas limite o montante que ele pode dispor. Para além de seus desejos pessoais e familiares, ele deve reter sua riqueza acumulada como propriedade beneficente para as pessoas a quem legitimamente pertence como suas criadoras. Um homem não pode levar sua riqueza consigo quando morre. Permita-o prover uma soma apropriada à manutenção adequada de sua família sobrevivente e deixe que o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

excedente vá para o governo para ser distribuído entre as pessoas nas linhas que indiquei. Estabeleça um governo que fará isso e você não mais perguntará: “O que pode ser feito pelas pessoas comuns?”⁹

Para constituir como princípio de organização da sociedade sua produção em função da comunidade, a passagem acima explicita a necessidade de um sistema de tributação da riqueza gerada por seus membros mais produtivos, de forma que, bem direcionada pelo governo, produza o bem-estar social.¹⁰ O sistema de imposto formulado não pode impedir o acúmulo de riqueza, lembra o trecho acima, mas deve estabelecer um limite sobre a riqueza disponível dos mais produtivos, de forma a manter sua riqueza em um patamar condizente com a manutenção dos desejos de sua família.

Trata-se, em outras palavras, de uma organização social que reconhece que os humanos produzem em diferentes graus de produtividade, cuja consequência é o trabalho de uns permitir acumular mais do que o trabalho de outros.¹¹ Para que essa desigualdade não se traduza em pobreza – concebida como extrema disparidade de renda entre as pessoas (ou família) impeditiva do desfrute da produção material por aqueles de menor renda –, a sociedade necessita constituir um governo capaz de, por um lado, tributar na medida correta para não desestimular os mais produtivos e, por outro lado, gastar de forma a eliminar a miséria dos menos produtivos, criando as condições para que se desenvolvam. Não em concorrência com os demais, mas sim de um modo que cada um complemente a produção do outro, atendendo, assim, as necessidades da coletividade. Eliminar-se-iam, mediante essa comunidade, as mazelas sociais.¹²

Essa proposta não destoa daquela defendida por Atkinson, sendo sua argumentação basilar a ideia dum recorrente início geracional (*reset* das condições iniciais), para que somente aqueles com

⁹Conferir Hutchison (1907, p.27-29 – tradução nossa). Cabe destacar que seu livro recebeu, à época, resenha publicada no *The Economic Bulletin*, da *American Economic Association*, escrito por Pritchard (1908).

¹⁰ De nenhuma forma isso constitui uma proposta socialista que, naquele período, era compreendida como a centralização da produção pelo governo. Sobre esse aspecto, destaca-se a seguinte passagem: “Tem sido demonstrado tempo após tempo que qualquer plano que almeje centralizar as indústrias de um país no governo nacional, este com completa propriedade e poder para controlar e operar as indústrias, – que foi a teoria dos socialistas – quando submetido ao teste prático, falhou, pois, criou as condições para que toda a faísca de ambição fosse destruída e todo o progresso imediatamente fosse posto em cheque”. (Hutchison, 1907, p.24).

¹¹ Conferir Hutchinson (*Ibid.*, p.6-8).

¹²Cf. Atkinson (2015, p.216): “Proposta 7: deve-se criar uma autoridade de investimento pública, que opere um fundo soberano com o objetivo de acumular o patrimônio líquido do Estado ao realizar investimentos em empresas e propriedades”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

méritos produtivos venham a ter “riqueza” e, com isso, a diferenças individuais e seu esforço constituem os atributos para seu enriquecimento. Com esse incentivo, a qualidade de vida se eleva porque elevou a renda de cada um de acordo com suas capacidades. E, caso alguns indivíduos tenham “azar”¹³ no curso de sua vida, há o governo para garantir vida digna aos seus cidadãos. Observa-se, por isso, uma variante da proposta de Hutchinson, acima destacada. Proposições que, diga-se de passagem, nada tem a ver com centralização estatal dos recursos ou “socialismo”:

A proposta do fundo soberano seria apenas uma nacionalização pela porta dos fundos? Aqui é fundamental diferenciar duas dimensões: a dimensão do ‘controle’ das empresas estatais, em que o governo (central ou local) pode influenciar diretamente a política corporativa, e a dimensão da ‘titularidade beneficiária’. Essas dimensões podem ser separadas. O Estado pode deter o controle sobre uma empresa por meio de uma ação privilegiada, ao mesmo tempo em que permite os acionistas privados receberem a maior parte dos lucros. Ou, por outro lado, ele pode ter uma participação de extensão considerável, com benefícios fiscais, sem exercer uma influência controladora sobre as políticas da empresa. É o último caso – o benefício, e não o controle – que defendo principalmente.¹⁴

Entretanto, tais medidas parecem estar fora de época, uma vez que a “nova razão do mundo” contemporâneo está muito mais para estabelecer o princípio da concorrência em todos os espaços da vida social, reforçando a desigualdade como meio necessário para tal, do que para a formação de uma coesão social por meio do “bem-estar” dos pares. O que está relacionado, por sua vez, com a profundidade alcançado pelo modo de produção da vida social capitalista, no qual o crescente anacronismo de sua medida de riqueza contrasta com a necessidade de sua expansão, produzindo o disparate da crescente busca por inovação num mundo já entulhado de inovações.

¹³Cf. Atkinson (2015, p.32).

¹⁴Cf. Atkinson (2015, p.218).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Considerações Finais

Os resultados preliminares da pesquisa mostram que, ao partir do aparato empírico recolhido por meio de formulações próprias da “ciência econômica” – tais como seus conceitos de renda nacional, capital e salário, cujo ponto de partida é o individualismo metodológico –, os conceitos de riqueza e pobreza, emergentes da discussão da desigualdade realizada por Atkinson, são figurados como, no caso do primeiro, acúmulo de patrimônio capaz de prover certo rendimento monetário ao longo do tempo; e como, no caso do segundo, insuficiência de renda para que se atinja determinado mínimo de consumo – estabelecido a partir do mapeamento conceitual-estatístico dos rendimentos de cada residência em determinado país.

Embora importante para evidenciar a desigualdade na distribuição da riqueza capitalista, fornecendo uma parte substantiva do material descritivo, nota-se que a capacidade explanatória desse tipo de análise está confinada às regularidades empíricas que conseguem capturar, partindo das partes do conjunto social como representativas de sua totalidade. Nestes termos, as causas subjacentes à abundância em meio à pobreza são apresentadas como contingências, passíveis de políticas de ajuste distributivo, deixando de lado o próprio processo de produção do que seria distribuído. Em outras palavras, porque não capturam as estruturas sociais produtora da abundância material em meio à profusa pobreza, tais teorias, embora apontem para uma das faces do problema, não dão conta de explicar sua origem e desenvolvimento como imanentes ao próprio processo social de produção regido pelo capital.

Por essa razão, torna-se necessária a discussão da especificidade da sociedade estruturada pelo capital¹⁵, apreendendo o caráter de sua produção, distribuição, troca e consumo. Somente assim será possível realizar uma *crítica imanente* da natureza de sua riqueza e pobreza, permitindo compreender o amplo espectro de estatísticas, produzidas a partir de outros paradigmas, como modos de expressão do contraditório processo social de produção capitalista, ao invés de ser resultado de certa contingência, passível de solução sem que seja posto em questão o modo de

¹⁵Sobre a necessidade de se atentar para a especificidade da sociedade estruturada pelo capital, cf. Postone (p.17-18).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

produzir, distribuir, trocar e consumir estruturado pelo capital.¹⁶ Tal exposição, constituirá parte de outro trabalho.

Referências

- ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: Leya, 2015.
- BHASKAR, Roy [1979]. *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of contemporary human sciences*. London: Routledge, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- DUAYER, Mário. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.10, n.29, p. 35-47. 2012.
- FAO, IFAD and WFP. 2015. “The State of Food Insecurity in the World 2015”. *Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress*. Rome, FAO. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>>. Acessado em 31/07/2017.
- HUTCHINSON, Alfred L. *The Limit of Wealth*. New York: Macmillan, 1907.
- LUKÁCS, György [1971]. *Para uma Ontologia do Ser Social – I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MEDEIROS, João Leonardo. G. *A Economia diante do horror econômico*. Niterói: EduFF, 2013.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-first Century*. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- POSTONE, Moishe [1993]. *Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- PRITCHARD, R. “Review on the Limit of Wealth”. *The Economic Bulletin*, American Economic Association, vol. 1, nº 1, p. 58, April, 1908.
- ROBERTS, Michael. “Bill Gates and 4bn in poverty”. *The Next Recession (blog)*. 05/04/2017. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2017/04/05/bill-gates-and-4bn-in-poverty/> acessado em 31/07/2017.

¹⁶Nesse ponto, vale notar que se entende por crítica imanente a forma de investigação que busca apreender o desenvolvimento de determinada sociedade a partir de sua própria estrutura e procura encontrar nas contradições internas à sua própria estrutura as possibilidades de transformação social. As estruturas sociais, por seu turno, estão contidas, em diferentes graus e formatos, nas mais diversas formas de consciência dedicada ao seu exame, sejam apologéticas ou não, de modo que a investigação destas formas de consciência termina por explicar as suas existências nas sociedades das quais fazem parte ou continuam a proliferar, bem como funda e justifica nas próprias estruturas da sociedade criticada a forma de consciência crítica à sociedade existente. Por consequência, a crítica não se figura como uma crítica a partir “de fora” da sociedade, mas sim do interior desta sociedade, dos seus desdobramentos e, por isso, condicionadas ao ser social e às possibilidades de desenvolvimento deste ser. Sobre essa questão, recomenda-se: Postone (2003, p.127-147; p.216-225), Lukács (2012, p.281-421), Bhaskar (2005, p.28-78) e Duayer (2012).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

WORLD BANK. 2016. Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality. Washington, DC:
World Bank. Disponível em
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf>
acessado em 31/07/2017.